

33º. Encontro Anual da ANPOCS
GT 38 – SUBJETIVIDADE E EMOÇÕES

NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA:
A DIMENSÃO MICRO-POLÍTICA DAS EMOÇÕES

Maria Claudia Coelho

Narrativas da Violência: a dimensão micro-política das emoções¹

Maria Claudia Coelho²

Introdução

Este artigo discute a relação entre moral, alteridade e violência, tendo como objeto de análise os sentimentos presentes em relatos de experiências de vitimização em uma modalidade específica da violência urbana: os assaltos a residências. Insere-se na área de investigação da antropologia das emoções, tomando como vertente teórica o “contextualismo” (Abu-Lughod e Lutz, 1990), com sua ênfase na dimensão micro-política das emoções.

O universo analisado são as camadas médias do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada é a entrevista em profundidade. Os dados são um conjunto de oito entrevistas realizadas com três casais heterossexuais que vivenciaram juntos, marido e mulher, experiências de assaltos às suas residências; e com duas mulheres que tiveram também suas residências assaltadas enquanto estavam em casa, em companhia de seus maridos e/ou filhos, empregados, etc.³ Os três homens entrevistados têm 84, 55 e 43 anos; suas esposas têm, respectivamente, 85, 52, e 42 anos. As outras duas mulheres têm 66 e 50 anos. Todos têm filhos: o primeiro casal tem dez, o segundo tem dois e o terceiro tem um; as duas mulheres têm, cada qual, dois filhos. O primeiro casal reside em um bairro de camadas médias da Zona Norte da cidade, o segundo na Zona Sul do Rio de Janeiro e o terceiro na Barra da Tijuca. As duas mulheres residem em bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro. Entre os homens, há um funcionário público aposentado, um engenheiro e um gerente de empresa multinacional; entre as mulheres, há três donas de casa, uma *marchand* e uma pequena empresária.

O texto busca explorar a existência de uma narrativa-padrão nestas experiências, com foco na caracterização dos assaltantes e nos sentimentos por eles suscitados nos entrevistados. Para tanto, está estruturado em três seções. Na primeira delas, exponho os pressupostos teóricos que nortearão a análise, em particular: a – principais vertentes da

¹ Este artigo traz resultados parciais do projeto intitulado “Moral, Alteridade e Sentimentos: percepções da violência”, desenvolvido no âmbito do PROCÊNCIA da UERJ.

² Professora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ.

³ Os maridos destas entrevistadas não aceitaram dar entrevistas.

antropologia das emoções, seguindo o mapeamento proposto por Lutz e Abu-Lughod (1990); b – a existência de uma dimensão micro-política das emoções, ou seja, a capacidade que as emoções têm de atualizar, na vivência subjetiva dos indivíduos, aspectos de nível macro da organização social e c – análises de sentimentos específicos sob o aspecto desta capacidade, a saber, a compaixão, o nojo, o desprezo e a humilhação.

A segunda seção examina os relatos dos entrevistados, enfocando o exame das representações que fazem dos assaltantes, com ênfase em suas atitudes e atributos, procurando rastrear as associações entre desordem, sujeira, pobreza e ignorância. A terceira parte aborda os sentimentos suscitados pela experiência de vitimização entre os entrevistados, procurando delinear a existência de uma dinâmica entre humilhação/medo/impotência, de um lado, e raiva/desprezo/compaixão, de outro.

1. Emoções, Violência e Micro-Política

Esta seção está dividida em duas partes. Na primeira, faço um breve esboço da constituição do campo da antropologia das emoções nos Estados Unidos, com ênfase em duas perspectivas: o relativismo e o contextualismo. Na segunda, exponho alguns trabalhos voltados para o estudo de emoções específicas, cujo viés nos sugere a fecundidade do estudo da micro-política das emoções para a compreensão da relação entre moral, alteridade e violência.

1.1 - A Emoção como Objeto das Ciências Sociais: um esboço do campo

O campo da antropologia das emoções conheceu um forte desenvolvimento nos Estados Unidos a partir de meados da década de oitenta, com a publicação de um texto hoje referência obrigatória destes estudos: o trabalho de Michelle Rosaldo (1984) sobre a influência da perspectiva interpretativista de Clifford Geertz sobre o estudo antropológico dos afetos.

Com base em diversas comparações de cunho etnográfico com material obtido em trabalho de campo junto aos Ilongot, a autora formula como sendo tarefa da antropologia mostrar de que modo a cultura (em sua dimensão pública e simbólica) interfere na experiência psicológica dos indivíduos. Para a autora, o ponto central é “o reconhecimento do fato de que o sentimento sempre recebe sua forma através do pensamento, e de que o pensamento é carregado de sentidos emocionais” (Rosaldo, 1984: 143, tradução minha). Em uma tentativa de esclarecer a fronteira entre pensamento e

sentimento, Rosaldo sugere que a distinção-chave é a forma de envolvimento do *self* do ator social, extraindo daí sua conhecida formulação do sentimento como um “pensamento incorporado”:

“As emoções são pensamentos de algum modo ‘sentidos’ em rubores, pulsações, movimentos do fígado, mente, coração, estômago, pele. São pensamentos *incorporados*, pensamentos perpassados pela preocupação de que ‘eu estou envolvido’. A oposição pensamento/afeto revela assim a diferença entre a mera escuta do choro de uma criança e a escuta *sentida* – como aquela que ocorre quando percebemos que há perigo envolvido ou que a criança que chora é o seu próprio filho.” (1984:143, tradução minha).

Rosaldo conclui então pela afirmação de que os sentimentos são práticas sociais, estruturadas pelas formas de compreensão e concepção do corpo, do afeto e da pessoa, estas por sua vez culturalmente definidas, o que a leva a postular uma desconfiança quanto à suposição da universalidade das emoções (p. 143).

Esta perspectiva, cuja essência podemos definir como sendo a crença no caráter culturalmente construído das emoções, é também o que orienta as reflexões de Lutz (1988) acerca da concepção euroamericana das emoções abstraída a partir do esforço de compreensão das emoções Ifaluk, em um movimento auto-reflexivo típico do empreendimento antropológico. Lutz esboça um minucioso quadro da forma euroamericana de conceber o plano emocional da experiência humana, na qual a oposição-chave seria emoção/pensamento.

Esta oposição surgiria no pensamento euroamericano em diversas versões: no universo acadêmico, sob a forma afeto/cognição; em sua variante romântica, como uma oposição entre razão e paixão; e no senso comum, como sentimento/pensamento. Estes opostos compartilhariam um traço comum: seriam as realidades mais autênticas do indivíduo, os espaços de surgimento do *self* verdadeiro, mais autênticos do que a fala ou outras formas de interação.

O eixo fundamental em torno do qual a autora elabora esta concepção euroamericana das emoções (aquilo a que chama “etnopsicologia”) é um par de termos em relação aos quais a emoção se opõe: o pensamento e o distanciamento do mundo. Quando em relação com o pensamento, a emoção situa-se no pólo negativo, sendo o pensamento a forma valorizada; quando em oposição com o distanciamento, a emoção é o pólo positivo, o distanciamento sendo algo a ser evitado.

Os trabalhos de Rosaldo e Lutz, em seus esforços de teorização sobre o fenômeno emocional a partir de comparações entre materiais etnográficos distintos, podem ser entendidos como representantes daquela vertente que a própria Catherine Lutz, poucos anos depois, batizaria como corrente “relativista” dos estudos sobre emoção. Nesta corrente, a tônica seria o rompimento com a crença na existência de qualquer aspecto essencial nas emoções, que seriam construtos culturais de natureza evidentemente variável.

Esta corrente relativista integra, juntamente com duas outras formas de estudo das emoções, o mapa das formas de pensar sobre emoção delineado por Lutz e Abu-Lughod (1990) na introdução a uma coletânea de estudos sobre emoções. As autoras apontam a existência de duas outras correntes: a essencialista – marcada, como o nome sugere, pela convicção de que as emoções são fatos universais, brotando do íntimo da experiência individual e refratárias a qualquer configuração sociocultural – e a historicista, que compartilharia com o relativismo a convicção de que as emoções são construtos culturais, entendidos aqui, porém, sob uma perspectiva diacrônica.

Lutz e Abu-Lughod elaboram, contra o pano de fundo deste mapa, a proposta que batizam de perspectiva contextualista, cuja inspiração teórica é a noção de discurso de Foucault, entendido como uma fala que forma aquilo sobre o que fala, ao invés de manter com ele uma relação de referência, como algo que lhe seria externo. Esta perspectiva permite às autoras adentrar a dimensão micro-política dos sentimentos, mostrando como as emoções são tributárias de relações de poder entre grupos sociais, servindo simultaneamente para expressar e reforçar estas relações.

Um exemplo desta visão é o próprio trabalho de Lutz (1990) incluído nesta coletânea. Nele, a autora retoma suas reflexões sobre o lugar da emoção no pensamento ocidental, partindo da idéia de que “qualquer discurso sobre emoção é também, ao menos implicitamente, um discurso sobre gênero” (p. 69, tradução minha). Seu foco neste texto é a existência de uma “retórica do controle” das emoções associada ao gênero, o que, em sua visão, faria com que o discurso sobre as emoções fosse também uma fala sobre o exercício do poder.

Com base em um conjunto de entrevistas realizadas com homens e mulheres norte-americanos pertencentes às camadas médias e populares, Lutz desenvolve então uma análise sobre o modo como o tema do controle das emoções aparece no discurso de homens e mulheres. Seu ponto de partida é um paradoxo que identifica no discurso

ocidental sobre as emoções: elas seriam ao mesmo tempo “sinais de fraqueza” e uma “força poderosa”. Este paradoxo estaria no cerne da ambigüidade que cercaria a condição feminina no pensamento ocidental: “a emocionalidade é a fonte do valor da mulher, sua *expertise* ao invés da racionalidade, mas ao mesmo tempo é a origem da sua inadequação para tarefas sociais mais amplas e mesmo uma ameaça potencial a seus filhos” (p. 77, tradução minha).

Lutz sugere ainda a existência de um paralelo entre esta forma de compreensão da condição feminina e o estudo de Taussig (1984) sobre o colonialismo, em que o autor aponta para a ambigüidade presente na visão dos colonizadores em relação aos indígenas, em que medo e espanto alternam-se com nojo e menosprezo. Para o autor, este seria um processo em que um “espelho colonial” “reflete de volta para o colonizador a barbárie de suas próprias relações sociais” (Taussig, 1984: 495, *apud* Lutz, 1990: 77, tradução minha). Lutz enxerga nesta comparação a possibilidade de se pensar em um “paradoxo da vontade” como recorrentemente presente nas relações de dominação,

“pois o outro subordinado é ideologicamente representado como fraco (de forma a precisar de proteção ou disciplina) e ainda assim periodicamente como uma ameaça à fronteira ideológica, podendo rompê-la através da insubordinação ou da histeria. A fala sobre a emoção, conforme evidenciado nestas transcrições, mostra as mesmas contradições quanto ao controle, à fraqueza e à força. Dada sua definição como natural, ao menos no Ocidente, os discursos sobre a emoção podem ser um dos mais prováveis e poderosos instrumentos por meio dos quais se exerce a dominação.” (pp. 77-78, tradução minha)

Este tema das relações entre emoção e poder está no centro de outros estudos produzidos por cientistas sociais de várias tradições intelectuais voltados para a compreensão da dimensão micro-política de sentimentos específicos, mostrando como a gramática da emergência e da expressão destes sentimentos pode iluminar aspectos de nível “macro” da organização social. Este é o objeto da próxima seção.

1.2 - As Emoções em uma Perspectiva Micropolítica

Exponho a seguir três exemplos de trabalhos da natureza acima mencionada: a - a análise empreendida por Clark (1997) a respeito da compaixão, na qual a autora articula este sentimento à forma de vivenciar as hierarquias; b – o estudo de Miller (1997) sobre o nojo e o desprezo como sentimentos que dramatizam a percepção de diferenças entre

grupos sociais; e - c – o exame de Katz (1988) sobre a dinâmica emocional humilhação-raiva na experiência dos perpetradores dos chamados “crimes hediondos”.

1.2.1 - C. Clark: compaixão e hierarquia

Clark (1997), partindo de uma concepção da relação entre sociedade e emoção como uma “via de mão-dupla”, em que as emoções são socialmente configuradas ao mesmo tempo em que participam da modelagem da estrutura social, propõe-se a efetuar uma análise da gramática da compaixão, ou seja, do conjunto de regras e lógica que governam os atos de dar e receber compaixão. Para ela, a compaixão integra o conjunto dos sentimentos que estabelecem vínculos entre as pessoas, sendo socialmente valorizada na cultura ocidental como uma “reação à miséria alheia”. Nem todo mundo, contudo, é igualmente digno de receber compaixão em situações de aflição. Esta gramática da compaixão define fronteiras entre os grupos, demarcando “a linha entre ‘nós’ e ‘eles’” (p. 19).

O esforço de seu trabalho é pelo desvendamento da “economia sócio-emocional” da compaixão. Para Clark, a compaixão é um sentimento assimétrico, que ao mesmo tempo em que é facultado pela ocupação de lugares socialmente distintos, concorre por sua vez para assinalar e reforçar essa assimetria entre aquele que dá e aquele que recebe a compaixão. É este caráter assimétrico da compaixão que a conduz à reflexão sobre a “micro-política emocional”:

“Mesmo quando aqueles que se compadecem não têm a intenção consciente de fazê-lo, compadecer-se pode ter conseqüências micro-políticas. Ironicamente, trocar compaixão na economia sócio-emocional pode aproximar as pessoas e ao mesmo tempo aprofundar o abismo social entre elas.” (p. 228, tradução minha)

A compaixão apresenta ainda, segundo a autora, uma íntima relação com a moralidade, ensejando dramas nos quais as concepções culturais de justiça e merecimento são postas a nu. Conceder compaixão exige uma avaliação do merecimento do outro em termos de justiça ou injustiça, sendo assim “um ato de construção de moralidade” (p. 22), pois envolve a decisão de considerar o outro como culpado ou vítima. Essa decisão envolve responder a duas questões fundamentais: “quem merece nossa compaixão?” e “por que?” (p. 22).

1.2.2 - W. I. Miller: nojo, desprezo e demarcação de fronteiras

Miller (1997), adotando também uma perspectiva de análise das emoções permeada pela preocupação com sua dimensão micro-política, empreende um exame do nojo e do desprezo como sendo emoções de demarcação de *status*. Entretanto, suas atuações na forma de demarcação de hierarquia divergem, com o desprezo falando de distinções sociais sutis e podendo assumir inúmeras formas. Já o nojo “demarcaria as fronteiras entre categorias morais e culturais amplas, que separam o puro e o impuro, o bem e o mal, o bom gosto e o mau gosto” (p. 220).

O nojo seria um sentimento ligado à construção da identidade pela exclusão de um *outro*: “aqueles que nos enjoam definem quem somos e com quem nos relacionamos” (p. 251). Teria também uma forte dimensão moral, estando presente no cotidiano como uma espécie de “idioma moral” acionado para falar de inúmeros aborrecimentos e frustrações. Entre os “vícios morais” capazes de ser expressos no “idioma do nojo”, estariam a hipocrisia, a estupidez e a abjeção do caráter. O nojo construiria assim uma “hierarquia na ordem moral e social”, definindo a fronteira entre comunidades:

“O nojo tem outras poderosas capacidades de criar comunhão, sendo especialmente útil e necessário como construtor de comunidades morais e sociais. Desempenha esta função, obviamente, ajudando a definir e localizar a fronteira que separa o nosso grupo do grupo deles, a pureza da poluição, o violável do inviolável.” (p. 194-95, tradução minha).

O nojo seria ainda um sentimento capaz de explicitar a natureza das normas a que está ligado. Miller distingue entre dois tipos de normas: aquelas que são “aceitas discursivamente” e aquelas que “submetem o indivíduo”. As primeiras seriam “mantidas através de conversas e discussões”, enquanto que as últimas “dominam nossos desejos”. Cada um desses tipos de normas teria um sentimento próprio associado à sua transgressão. A culpa assinalaria o desvio das “normas discursivas”, enquanto que o nojo seria o sentimento que demarcaria a transgressão do segundo tipo de norma. Nas palavras de Miller: “nada atesta tão bem a força de uma norma do que literalmente sentir-se enjoado diante do pensamento de violá-la” (p. 201, tradução minha).

A análise do desprezo por Miller tem seu foco na questão do papel desempenhado pelo desprezo na “produção/manutenção da hierarquia social e da ordem política”. Para ele, o desprezo é um mecanismo simultaneamente de criação e contestação de hierarquias, residindo aí sua importância política.

Miller desenvolve sua análise através de uma comparação entre dois tipos de desprezo: “para baixo” e “para cima”. O primeiro tipo é aquele devotado por alguém que se sente superior em alguma escala da organização social a outra pessoa a quem vê como inferior nesta mesma escala; o segundo, obviamente, é o seu inverso. O interesse de Miller é pelo lugar ocupado pelo desprezo “para cima” em três sociedades: a heróica, o antigo regime e as democracias modernas. Sua hipótese é a de que as democracias modernas favorecem a emergência do desprezo “para cima”, ao mesmo tempo em que dificultam o exercício sem culpas do desprezo “para baixo”. Sua hipótese - um tanto o quanto irônica - é a de que a democracia seria um sistema que facultaria os “desprezos mútuos”.

A adoção daquela perspectiva micro-política do estudo das emoções é explicitada em sua visão da importância do estudo destes sentimentos - o nojo e o desprezo - para a compreensão da organização social:

“O desprezo é o complexo emocional que articula e mantém a hierarquia, o status, a classificação e a respeitabilidade. E status e classificações diferenciados são as condições que suscitam o desprezo. Assim, o que temos é uma espécie de círculo vicioso no qual o desprezo ajuda a criar e manter as estruturas que geram a capacidade do desprezo. E há boas razões para se acreditar que o estilo específico de desprezo estará intimamente ligado aos arranjos sociais e políticos particulares nos quais ele se dá.” (p. 217, tradução minha)

1.2.3 – J. Katz: humilhação, raiva e moral

Katz (1988), valendo-se de uma perspectiva interacionista, empreende uma análise da dinâmica emocional que engendra os chamados “crimes hediondos”: um pai que espanca seu bebê porque este não obedece às ordens para que pare de chorar, uma mulher que ateia fogo em seu marido porque este não a deixa estudar, um homem que mata seu vizinho por obstruir a entrada de sua garagem. Em suas reflexões, o autor coloca em questão as explicações tradicionalmente oferecidas pelo senso comum, seja na versão “sociologizante”, seja na versão “psicologizante”: as causas socioeconômicas (a “miséria” como explicação para a agressão) ou as causas patológicas (a “monstruosidade” do agressor). Para Katz, fatores socioeconômicos ou patológicos podem estar presentes e eventualmente até mesmo concorrer para a agressão, mas eles não explicam o que ocorre naquele momento específico: afinal, o pai pode ter uma condição socioeconômica desfavorável ou padecer de distúrbios psicológicos, mas o bebê chorou outras vezes e nem por isso foi morto, apesar da “miséria” ou da “patologia”

terem estado igualmente presentes. O que ocorre naquela cena em particular que poderia explicar aquele curso de ação?

A hipótese de Katz, examinando os depoimentos dos agressores dados aos policiais, é que as atitudes da vítima foram interpretadas pelos agressores, naquela situação, como um desafio a um “bem moral” essencial para o modo como se viam, provocando com isso uma espécie de “ira santa”. Assim, o bebê que não para de chorar desafia a autoridade paterna; o marido que atrapalha os estudos desrespeita os direitos da mulher; o vizinho que obstrui a entrada da garagem ameaça o direito à propriedade.

Em todas essas cenas, Katz identifica uma dinâmica emocional que inicia com um sentimento de humilhação “holístico”, ou seja, algo que toma conta do agressor e que coloca em xeque sua auto-imagem, parecendo-lhe, naquele momento, ser eterno. A raiva decorreria da necessidade fundamental de salvaguardar essa auto-imagem, funcionando assim como um “contraponto” da humilhação e motivando a uma agressão que, se por um lado não visa necessariamente a morte do agressor (podendo ser freada por uma mudança de atitude, como um pedido de desculpas, por exemplo), por outro não se contenta com ela (podendo ter prosseguimento com a imposição de novas agressões ao corpo da vítima). Estaríamos assim diante de um complexo emocional humilhação-raiva, cuja lógica seria a defesa de uma certa moralidade percebida pelo agressor como essencial para sua identidade.

2. As Representações dos Assaltantes

A descrição dos assaltantes realizada pelos entrevistados deixa entrever uma recorrência: a natureza desorganizada e caótica de suas atitudes. Em vários depoimentos, chama a atenção a presença de um retrato da atuação dos assaltantes, tomada coletivamente, como “agitada”, “desorganizada”, uma “bagunça”:

“Mas eles eram dois primários. Eu tenho a impressão que eles não eram de (*cidade praiana*). Eu tenho a impressão que eles nessas ondas (...) dessas festas idiotas na beirada da praia, que fazem aquelas coisas, aquela sujeirada toda, aquele murmurinho, todo mundo faz o que quer no meio da rua, é uma bagunça geral nessa época.” (Rafael)

“As nossas portas de armário são de correr. Então a gente só ouvia assim, aquele barulho, ploft, ploft, porque são quatro quartos, ali, e era tudo assim uma barulheira tremenda, depois ouvimos rasgando aqueles lençóis que são tipo, náilon, também, que não é algodão puro, e eu dizia assim, ‘meu Deus, o que será isso?’.” (Magnólia)

“Aí eu fiquei com raiva, entendeu, deles estarem ali, jogando cigarro no chão, entendeu, fazendo a maior bagunça, rasgando aquelas roupas da gente toda, levando meu casaco que eu adorava que meu marido tinha me dado na lua de mel...” (Joana)

Esta representação dos assaltantes pode eventualmente exceder o plano da “desordem”, sendo descrita como “sujeira”, como na fala acima de Rafael ou neste diálogo:

“Aí demoraram muito. Porque eles inclusive comeram, abriram geladeira, fizeram uma farra geral, uma barulheira tremenda. Uma imundície, né?” (Magnólia e Rafael)

Em outros momentos, quando caracterizados individualmente, uma oposição aparece também com frequência: os “agitados” *versus* os “calmos”, com a “agitação” sendo muitas vezes associada ao uso de drogas. Alguns exemplos:

“Mas... é... em termos específicos, eram quatro assaltantes, com uma liderança nítida de um deles, que era um sujeito equilibrado, tanto que entrou armado, logo em seguida viu, quando viu que a situação tava sob controle, ele se desfez da arma.

Fez o que?

Deu pro outro, não me lembro mais, mas não ficava armado. E um louco, completamente alucinado, que andava com dois revólveres na mão, trocando de canal usando o cano do revólver, entendeu...” (Luís)

“O que que você lembra deles?”

Eles eram super-agitados, entre eles, né?

Que idade, mais ou menos?

Ah... eles eram todos bem novos. Um... tinha o chefe, que era o mais arrumado, que inclusive tava muito bem vestido, que era uma pessoa escura, assim, bonitão, magro, não era assim... magro, alto, bonito, um cara bonito... ele era mais tranquilo. Esse que mandava. (...) Eram quatro que eu vi. Ah, eram quatro lá dentro, mas tinha um outro lá fora que eu não sei, não eram, eu falei errado, eram cinco assaltantes, tá, na época, mas esses que tavam lá dentro com a gente, eles eram mais agitados, a não ser o chefe. Eles eram agitados, eles fumavam, eles falavam ‘nós não temos nada a perder’, e ficaram rindo, nervosos.” (Joana)

“E, eram três. Dois assim até bem apessoado e tinha o mais velho, parecia tá meio dopado que fosse, ele é muito agitado, e aí eles queriam mais coisas. Disse: ‘Não! Nós não temos, jóias nós não temos nem coisa nenhuma’ né? E aí então, eles. Nós vimos que eles estavam mexendo pela casa inteira né?” (Vania)

“Os outros eram muito maus. Eles botavam a arma bem ‘aqui’, enfiavam arma na sua cabeça. Esse não fazia isso, nunca fez. O que fez comigo botou

aqui de longe e virou, mas eu senti que ele não tava fazendo aquilo... Ele não ia fazer, era o que me passava. Eu, eu por algum motivo senti mais confiança nele. E ele não tava drogado. Um com certeza tava drogado. Os outros dois não. Um era muito calmo.”

(Ana)

“Eu acho que o mais agressivo preponderava. (...) O mais organizado, ele falou que se a gente se comportasse tudo ia acabar certo, durante o assalto eles não agiram assim. Entendeu? Então, ele deu a entender que tudo ia se... Se... Ia ser um assalto tranqüilo, mas eles não abriram mão da intimidação, nem das ameaças, nem eu acho que da violência de amarrar, de estar encostando a arma na cabeça. Acho que... Então, acho que a diferença entre eles era de função ali, acho. Personalidade, talvez o mais novo um pouco mais agressivo, né?” (Guilherme)

Reproduzi nesta seção esta sequência de trechos, retirados dos depoimentos de sete entre os oito entrevistados, para acentuar a recorrência do tema da “desordem” na caracterização dos entrevistados, eventualmente associada à “imundície”, em um vínculo simbólico que evoca a clássica concepção da “sujeira” como algo que está “fora do lugar” (Douglas, 1976). Esta descrição das atitudes dos assaltantes nos remete também à discussão proposta por Caldeira (2000) sobre a violência como “desordem”, identificada claramente, em seu universo, em uma estratégia retórica que principia sempre por descrever um cotidiano no qual a violência irrompe subitamente, transtornando-o.⁴

Um segundo traço também muito nítido na caracterização dos assaltantes é sua associação à pobreza:

“Todos assim de classe média, só tinha um que era... Um pouquinho, talvez uma classe C assim, mais pobre, mas não era nenhuma pessoa que você pudesse dizer assim: ‘Não! são pessoas necessitadas, vieram, nasceram é... numa situação muito difícil’. Não dava pra perceber isso não, todos eles tinham, vai ver que tinham até educação, reconheceram a gravura do Monet. *Você acha que teria feito diferença pra você assim?*

É... Assim, teria me surpreendido menos. Eu acho que a diferença foi a surpresa, de ter percebido que eram pessoas de um nível de educação, pelo menos secundário ali. Inclusive, o mandante, inclusive estudando o nível superior, né? Ele ainda não tinha terminado, mas tava lá. Cursando... Teria sido... Eu teria ficado menos surpreso, mas numa justificativa mais racional. Pô! A pessoa precisa! Mas não era o caso. A diferença seria mais ser surpreendido por é, expectativa que eu tinha que as pessoas que roubam são pessoas é... Altamente necessitadas, que vieram, é, de uma situação muito

⁴ Este traço da estrutura narrativa dos relatos sobre vitimização aparece também em meus depoimentos, conforme comentei em outro lugar (Coelho, 2006).

difícil, não tiveram nenhuma oportunidade na vida e o crime seria uma consequência racional dessa, desse meio ambiente que elas viviam, né? O que não me pareceu em nenhum momento ser o caso deles, né? Um deles, inclusive, tinha, morava praticamente na (*rua de moradias de alto luxo*) ali e tal.” (Guilherme)

A fala de Guilherme explicita uma expectativa que nos demais depoimentos aparece de forma sub-reptícia: a vinculação da criminalidade à pobreza, com a privação material sendo concebida como motivação fundamental para a decisão de assaltar. Esta associação aparece de forma mais sutil em outros relatos, eventualmente vinculando pobreza, criminalidade e “favela” ou “subúrbios”, em uma relação de resto já tantas vezes estabelecida no senso comum de segmentos das camadas médias e altas da população carioca:

“... era uma quadrilha de classe média alta. Quer dizer, dois eram de classe média alta, dois. Nenhum era favelado, os outros dois eram... classe média... um classe média baixa o outro pobre, mas nenhum deles morava em favela. (...) esse era o único pretinho da situação, e, o outro até era mulato, o outro que estava lá embaixo, um deles era e outro era branco. E... um era da (*rua de moradias de alto luxo*).” (Ana)

“... o meu medo é que eu me via assim, jogada, num subúrbio aí qualquer da vida, estuprada, levando tiro, ou morta, eu visualizava na minha cabeça já eu, já era, jogada num buraco aí qualquer...” (Joana)

Esta associação entre violência e diferenças de classe social surge nos depoimentos ainda de outra maneira, esta bem mais sutil: as especulações quanto às razões porque suas residências teriam se tornado alvo do interesse dos assaltantes. Em vários relatos, os entrevistados supõem, por mínimos indícios, que pessoas que haviam prestado serviços em suas residências – sintomaticamente, serviços de baixas qualificação profissional e remuneração, tais como faxina, jardinagem ou construção – haviam, intencional ou inadvertidamente, passado informações a conhecidos seus pertencentes a seu meio social (definido pelo nível de renda e/ou pelo local de moradia), suscitando assim uma “cobiça” que os teria tornado alvo dos assaltantes. Exemplos desta lógica:

“Porque esse rapaz que era faxineiro, ele tinha entrado de férias e naquele dia tinha começado um rapaz ficar um mês que a síndica simplesmente contratou o rapaz sem nem ver, (...) ninguém via que o rapaz saía, ninguém conhecia, ninguém tinha visto. A gente imagina que talvez tivesse alguma coisa com ele. Só podia ser, né?” (Vania)

“Enquanto o outro (*outro assalto que sofrera*), eu sabia que eles tinham estudado a casa da gente, eles sabiam que devia ter coisa lá, eu achava que tinha papo de empregada, porque empregada adora contar que a patroa tem mais do que a outra patroa. Deve ter falado alguma coisa (...) porque tinha uma empregada que trabalhava lá em casa, (...) que era muito deslumbrada... entendeu? Então eu achei que lá, na casa da mamãe, eles sabiam que tinha alguma coisa.” (Joana)

“Houve uma coisa... que nós tínhamos feito uma obra muito grande na casa contratada por um... como é que se diz, mestre de obras. E nós estávamos aqui e a caseira ficou lá. Então a caseira disse que a casa estava cheia de gente na limpeza, que foi limpeza geral, pintura por dentro, por fora, aquela coisa, né... e a caseira dizia, ‘ah, esses dois rapazes, eu acho que trabalharam aqui, porque é o tipo de corpo que eles tão apresentando era dos rapazes que andavam por aqui’. Mas nós não tivemos nenhum conhecimento ou certeza disso agora.” (Magnólia)

“E ainda teve um outro problema que nós chamamos um homem pra tirar coco, que nós temos uns coqueiros lá em casa. E esse senhor levou um garotão de uns treze anos, mas um anão, mas de treze anos pra ajudar a carregar as folhas de coco, aquela coisa toda. E acontece que nosso cachorro ficou solto no quintal na presença deles, porque o cachorro era muito obediente, é só a gente chamar, ele atendia e tal. E num determinado momento... primeiro que o Rafael tem o hábito de botar o dinheiro no bolso sem carteira, sem coisa nenhuma. E se ele tem que pagar, seja táxi, seja pra tirar o ofertório da igreja, seja pra fazer qualquer pagamento, ele mete a mão, puxa aquele bolão de dinheiro e fica catando. O homem do coqueiro viu quando ele foi pagar, o menino viu. E houve um determinado momento que não sei quem falou qualquer coisa sobre o cachorro e que esse garoto disse ‘ah, esse cachorro não é de nada’. Então nós ficamos com aquele problema de que o casal de velhos, um cachorro que não é de nada e o homem que tinha no bolso, deve ter corrido... quer dizer, isso é um pensamento meu, tá? E conversei também com alguns filhos e todos, e eles acham que realmente pode ter havido um... não que esses tenham vindo lá em casa, mas que podem ter comunicado a esses outros lá do (*nome de bairro da cidade praiana*), que têm qualquer coisa com a Baixada...

Esse bairro é o quê, um bairro de classe média?

Não, não. Meio, tem muita... algumas favelas.

Mais necessitado.

É, tem comércio...

Muito comércio.

Mas é uma classe média bem, bem pra baixo e outras...” (Magnólia e Rafael)

Esse tipo de explicação para esta modalidade de violência, associada a uma clivagem entre classes sociais, opera assim com uma associação entre criminalidade, pobreza e local de moradia, sendo particularmente nítida nesse último depoimento, em que o casal imagina a existência de uma rede de contatos entre pessoas moradoras de um

bairro onde há “favelas” em uma cidade praiana e a Baixada Fluminense, que teriam tido acesso à informação de uma suposta “riqueza” a eles atribuída através de um prestador de serviços de jardinagem. Esta lógica parece aproximar estes depoimentos ao discurso de tipo “despótico” sobre a violência, segundo tipologia proposta por Soares e Carneiro (1996), o qual, entre outras características, postularia a existência de focos urbanos de violência, identificados primordialmente como sendo as favelas.

O terceiro e último traço marcante na representação dos assaltantes é a *ignorância* a eles atribuída pelos entrevistados. Esta ignorância, contudo, não é explicitada da mesma forma que a pobreza, a bagunça ou a sujeira, não sendo nomeada, porém sugerida em comentários depreciativos, eventualmente irônicos, feitos *en passant*:

“Agora, que eles venderam, devem ter vendido por qualquer coisa... devem ter vendido, porque tem coisas que valem e tem coisas que nem valem, né. Ainda mais eu que mexo com esses troços, de antiguidades, até de jóia, não sei o que... às vezes você olha, eu olho assim num casamento, as mulheres todas de jóia, maravilhosas, não sei o que, tem umas que valem muito, tem umas que não valem nada, têm o mesmo efeito da outra, é um brilhante que tem um carvão, o outro não tem, não sei o que, então... a gente começa a ver...

Você acha assim que venderam por qualquer coisa por desconhecimento do valor, por não saber onde vender...

Eu acho que por desconhecimento de valor e também porque eles têm que se sujeitar a vender pra negociantes que não são bons negociantes, que são pessoas aí que são ladras também, e que vão comprar, que vão ganhar dinheiro em cima deles.” (Joana)

“Cada coisa que eu me lembrava que eu tinha eu dava graças a Deus. E algumas eles queriam e outras não, né? Então... Se encantavam com bobagens, por exemplo, uma mochila da (*nome de loja*), uma bolsa de viagem né? Ninguém viu porque o Guilherme usava aquilo uma vez na vida outra morte. Acharam aquilo lindo e maravilhoso, levaram acharam aquilo lindo e maravilhoso, e outras coisas que tinham que talvez tivessem até mais valor e eles não levaram. Tipo um relógio da (*nome de marca*), de ouro.

Não viram?

Viram, eu dei, mas eles não quiseram, não entenderam, então...” (Ana)

“Ah, tem uma coisa interessante, na hora que me coube ir ao meu quarto pra mostrar as minhas coisas, e eu pude então avisar que havia arma, eu tinha um revólver que ficava assim debaixo da cama, no meu lugar, do meu lado. Aí eu mostrei o revólver, apontei, ele foi lá, pegou, aí, nessa altura estávamos eu e ele no quarto, um de cada lado da cama, da minha cama. Ele então pegou o meu revólver, botou no meio da cama e disse assim: ‘vamos ver quem é mais rápido’, o dele no cinto, né, preso à calça. E eu disse ‘não, não vou fazer isso,

isso não é meu métier’, depois me arrependi porque tive que explicar pra ele o que que era métier, entendeu?” (Luís)

“Aí eles começaram a remexer as coisas, pegaram minha carteira de identidade. Que eu era funcionário naquela época e tinha uma carteira especial. Eu digo ‘eu tou perdido’. Mas eles eram analfabetos, felizmente. De modo que ele olhava, olhava, olhava a carteira e dizia ‘você deve ser daqueles que fala com o (*presidente do Brasil*) a hora que quer’.” (Rafael)

Essas passagens permitem entrever um esforço de demarcação de superioridade, aqui acionado em relação a um nível cultural representado como inferior: os assaltantes são analfabetos, com vocabulário limitado e incapazes de reconhecer o valor das próprias coisas que desejam roubar. Este esforço sugere haver um traço de *desprezo* dos entrevistados pelos assaltantes – sentimento este que nos conduz à próxima seção deste trabalho.

3. Os Sentimentos dos Entrevistados

Os depoimentos são permeados por expressões relativas às experiências emocionais dos entrevistados durante os assaltos. O desprezo, insinuado nestas passagens que aludem a uma suposta “ignorância” dos assaltantes, é mais explícito em outros momentos, em particular aqueles nos quais os entrevistados fazem comentários em que acentuam sua superioridade em termos de condição econômica.

“... ele disse pra mim (*imita tom impositivo*) ‘me dá o celular!’. Aí eu, pra não ficar sem telefone, ele não tinha me revistado, eu peguei o celular no bolso, entreguei a ele. Um celular lindo. Presente dela pra mim. Agora eu tenho um que é uma porcaria. Ótimo. Quando eu der esse celular pra um bandido ele vai dizer, ‘coitadinho. Doutor, fica com ele.’ (*risos*). ‘Não quero isso não’.” (Rafael)

“A única coisa que eles levaram da (*filha*) foi o chip do celular só! Pra gente não poder se comunicar. Ela... Eles... ‘O celular dela é bem pior do que o meu!’ Aí, o Guilherme, nessa hora a gente pensou, eu pensei cá com os meus botões: ‘o meu é comprado o teu é roubado, mas tudo bem!’” (Ana)

“... eles diziam assim: ‘É! Esse pessoal aí, esse prédio de classe média, esse pessoal não tem nada mesmo!’ Eu falei assim: ‘É! não tem nada não meu filho. Meu marido é funcionário público. O que que um funcionário público ganha? Se você tá querendo assaltar lugar de dinheiro você vai procurar lugar que tenha gente de dinheiro aqui no prédio todo mundo é assim do mesmo jeito, todo mundo é duro. Você não vai encontrar nada de um milhão por aqui.’ Eu falava pra ele (*gargalhadas*).” (Vania)

A forma irônica com que os entrevistados relatam esses momentos dos assaltos, seus diálogos internos, a jocosidade, sugerem a existência de uma espécie de regozijo neste proclamar-se detentor de pouco. É assim que Rafael ri ao imaginar a “pena” que o assaltante teria dele ao ver a baixa qualidade de seu celular; Ana replica, em um diálogo interno, a observação do assaltante também quanto à má qualidade de seu celular, acentuando que tivera meios próprios para adquiri-lo; e Vania se deleita ao reproduzir a conversa em que informa ao assaltante não possuir nada de valor.

Mas de que modo o *declarar-se* detentor de pouco ou menos do que o outro pode estar a serviço de uma afirmação de um lugar hierarquicamente mais elevado? Enfatizo o “declarar-se” porque é evidente, por outras passagens dos depoimentos (inclusive aquelas citadas acima sobre a representação dos assaltantes como “pobres”), que a percepção dos entrevistados acerca das diferenças de poder aquisitivo entre eles e os assaltantes atribui a eles, as vítimas dos assaltos, o maior status. Qual o trabalho que esta auto-declaração realiza então no plano subjetivo?

Em seu clássico estudo sobre a dádiva, Mauss (1974) realiza, em meio a uma profusão de dados etnográficos, uma análise do ritual do *potlatch*, encontrado entre as tribos do noroeste norte-americano. No *potlatch*, enormes quantidades de riquezas materiais são destruídas, em um esforço de construção de prestígio social e obtenção de poder por meio do desprendimento material: se eu destruo, é porque posso dispor, e se destruo mais, é porque tenho mais, e por isso posso mais e sou mais. Os entrevistados, assim, ao rir de uma suposição quanto à própria destituição recolocam-se em uma posição de superioridade hierárquica. “Tenho tão mais do que você e estou tão seguro disso que sequer preciso ostentar, sequer me deixo atingir pela sua suposição de que tenho pouco”: é isto que os entrevistados parecem estar realizando no plano da linguagem, em uma espécie de *potlatch* discursivo.

Úrsula sintetiza esse “clima” geral dizendo não reagir porque, ao contrário dos assaltantes, precisa zelar por sua vida porque tem o que perder: “E eu não reajo a assaltos porque eu acho que eu tenho muito a perder, né? Eles não têm a perder, né?”

Estes comentários, aliados àqueles sobre a “ignorância” dos assaltantes, sugerem a recorrência de um sentimento de desprezo a eles dirigido pelas vítimas. Se voltarmos à análise de Miller (1997) sobre a capacidade do desprezo de demarcar hierarquia, temos então um primeiro traço da dinâmica emocional que marca estas experiências de

vitimização: o esforço de recuperação, por meio deste sentimento, de um lugar de superioridade hierárquica no plano subjetivo.

O desprezo, contudo, não é o único sentimento capaz de realizar este movimento. A compaixão, como vimos no estudo de Clark (1997), é um sentimento dotado também desta mesma capacidade micro-política, e está presente em algumas passagens destes relatos, como neste trecho da fala de Vania:

“Você fica chocada na hora, tem pena daqui dali, mas nada de me afetar. *Você tem pena desses caras que te assaltaram, não? O que que você sente em relação a eles?*

Bom, você na hora você fica revoltada né? Meu marido dizia assim: ‘Eu quero guardar bem a cara deles se algum deles sair, chegar lá no hospital eu falo lá: “Ó! Dá um jeito aí!” Quer dizer, ele, mas agora eu também na hora eu também acho que eu falo. Na hora eu fico. Eu tenho pena realmente porque são uns pobres coitados, eles são um... Um pessoal que não tem... Eu acho que é uma, que eles não têm amor. Falta um amor total aí. Então, é um pessoal que não tem nada. E eles não têm nem nada a perder, nem a vida porque eles estão se arriscando mesmo e não têm medo de nada.” (Vania)

O depoimento de Úrsula introduz explicitamente ainda um outro sentimento que aparece de forma velada nos demais: a impotência, à qual a entrevistada faz menção em várias passagens. Seu relato estabelece em vários trechos relações entre a impotência, o medo, a raiva e a pena:

“Um, olha um era bem alto entendeu? E, ele falava que, esse que eu fui pro closet com ele, falava que, que foi o que ameaçou a gente o tempo todo, foi o tal das armas que caiu a bala ficou procurando, ele era pardo, sabe? Alto, e ele falou que ele tava em liberdade condicional, que ele tava roubando pra comer, entendeu? Que ele tinha uma filha de quatro meses e que ele não tinha dinheiro, que ele tinha tentado arrumar emprego quando souberam que ele era ex-presidiário tinham mandado ele embora, que ele tava roubando pra comer, entende? O outro. (...) Não, esse eu fiquei com pena, a gente fica com pena né?”

“Esse que tava comigo no hall, no closet entendeu? E ele quando saiu ele fez um monte de ame... Ele ficou olhando assim pra mim: ‘Você vai ver! não sei o quê...’ Sabe? Essas coisas. Aí você fica assustada até porque, aí quer dizer, você fica com um sentimento assim, é uma pena misturada com medo entendeu? E com impotência porque você vê o cara entrou ali, ele, o que que ele vai fazer ali?”

“Agora na hora, você, eu não fico com raiva, entendeu? Assim, tem gente que fala: ‘Ah! Você não ficou com raiva? Vontade de pegar uma arma e matar todo mundo!’ Eu não faço isso. Entendeu? Eu não tive esse sentimento. Eu fiquei com muito mais com uma coisa de pena. Até a tenente falou pra mim: ‘Eu não acredito que a senhora disse isso. Porque a senhora está inocentando

o pretinho!’ Eu falei: ‘Mas eu não posso mentir perante a juíza!’ Ainda falei: ‘Olha a mãe dele ali! Vê se você não tem pena dessa criatura?!’ Entendeu? O que que levou a ela? Porque isso aí, no fundo se o filho tem um mau caminho né? Que é ou viciado em droga ou qualquer, ou de classe rica, ou pobre, a culpa é sempre da família. Porque a família não soube sabe? Faltou alguma coisa ali, entendeu? Porque não é possível que a pessoa nasça com uma índole ruim entendeu?’

Nos dois primeiros fragmentos, a pena aparece como uma decorrência do medo e da impotência diante das ameaças recebidas; no terceiro, a pena aparece como alternativa à raiva passível de ser suscitada pelas ameaças. Neste caso, a lógica que orienta esta dinâmica emocional é uma concepção das causas do comportamento do agressor que seriam extrínsecas à sua decisão consciente (a sua “índole”). Clark (1997), na análise da compaixão acima exposta, comenta sobre a existência nos Estados Unidos contemporâneos de uma “sociologização” das concepções de responsabilidade do sujeito pelas próprias ações, eximindo-o de culpa em função de condicionamentos de ordem “macro” que o constituiriam⁵. É esta a lógica que parece orientar o relato de Úrsula: a “culpa” nunca é do sujeito, mas sempre do ambiente social que o constituiria e conformaria suas ações.

Um último depoimento vem reforçar essa presença da pena como um aspecto emocional relevante destas experiências de vitimização. Joana, ao terminarmos a entrevista e já com o gravador desligado, comentou que até o assalto vivia “anestesiada”, sem “ver as pessoas”. Após o assalto, passou a sentir “pena” *delas*.

Em seu discurso, ela não nomeia quem seriam estas pessoas invisíveis as quais, ao serem notadas, nela suscitaram pena. Só podemos entender quem são através de suas associações, quando, na sequência da conversa, ela conta o caso de uma pessoa a quem encontra por acaso e que ela jamais havia notado que havia trabalhado em sua casa como faxineira, arrematando: “para mim, ela era só um detalhe na minha vida”.

Aquela associação entre violência e pobreza com que principiei a análise dos depoimentos, com sua conexão com as diferenças entre classes sociais, reaparece aqui com este matiz emocional: este “outro” que a agride é o mesmo “outro” que lhe presta serviços, e a quem, ao notá-lo, passa a destinar, em lugar da indiferença, um sentimento

⁵ O tema da relação entre a concepção da responsabilidade do sujeito pelo infortúnio e a emergência da compaixão está presente também em análises deste sentimento em outros contextos históricos e culturais, como por exemplo na discussão de French (1994) sobre a atitude de refugiados em campos no Camboja diante daqueles que sofreram amputações em decorrência de acidentes com minas.

de *pena* por sua condição, estabelecendo neste movimento uma hierarquia em que ela, a entrevistada, ocupa a posição de maior *status*. A “pena” de Joana parece executar assim aquele trabalho micro-político que, segundo Clark (1997), estaria entre as capacidades micro-políticas da compaixão: a demarcação de fronteiras entre grupos sociais.

Esta percepção de estar diante de um “outro” de natureza distinta da sua é cristalina na fala que Úrsula atribui a seu marido, endereçada a um assaltante, em um esforço para convencê-lo de que não tinha armas ou bens de grande valor: “A gente é do bem, cara! A gente não tem nada aqui! Eu nunca fiz mal a ninguém! Eu sou médico! Eu trato de *gente igual a você!*”

E, portanto, diferente dele.

Conclusão

A análise dos depoimentos revelou a existência de um conjunto de sentimentos que se articulam entre si formando dinâmicas emocionais capazes de realizar diversos “trabalhos”. É assim que estas experiências de vitimização suscitam nos entrevistados, em um primeiro plano, humilhação, medo e/ou impotência, os quais podem fluir, ao menos em tese, por um de três “canais”: a raiva, o desprezo ou a compaixão. A tradução empírica da raiva em uma reação ou agressão ao assaltante é, na percepção da situação pelos entrevistados, indesejável na medida em que passível de colocar em risco sua integridade física e/ou de seus cônjuges, parentes, amigos, empregados. Aquela dinâmica emocional descrita por Katz (1988) de transformação da humilhação em raiva, capaz de explicar as agressões que estuda, parece então ser um canal vedado a estes entrevistados.

Mas as agressões analisadas por Katz não são meramente ações de natureza instrumental: são principalmente ações expressivas, através das quais os agressores pretendem estar resgatando sua auto-estima e restabelecendo valores morais entendidos como bens supremos, constitutivos de sua identidade e visão de mundo. Que fazer, então, quando a definição da situação parece, aos olhos do narrador, inviabilizar este curso de ação?

A hipótese que proponho aqui é a de que desprezo e compaixão se apresentam como sentimentos capazes de realizar, no plano emocional, o mesmo trabalho que a agressão física: em sua capacidade micro-política, desprezo e compaixão restabeleceriam a hierarquia ameaçada pela invasão de suas casas, pela expropriação de seus bens, pelos xingamentos e ameaças, pelas eventuais agressões físicas. Estes sentimentos, contudo,

fazem ainda mais: articulados a uma representação dos assaltantes como “desordeiros”, “pobres” e “ignorantes”, o desprezo e a compaixão sugerem estarmos diante de uma percepção da violência urbana como associada a diferenças entre classes sociais, entendidas em termos de poder aquisitivo e local de moradia. E é justamente a hierarquia entre estas duas “classes sociais” distintas – às quais pertenceriam “assaltante” e “vítima” –, invertida pela violência, que estes sentimentos buscariam assim restabelecer.

Humilhação, medo e impotência formam então, juntamente com a raiva, o desprezo e a compaixão, um complexo emocional dotado de uma dinâmica específica a estas situações de vitimização, e capazes de nos fornecer um guia para a compreensão da experiência subjetiva associada a uma certa percepção da violência. Outras percepções engendram dinâmicas emocionais distintas, tais como a dinâmica humilhação-coragem associada a uma percepção da violência como *desamparo*, conforme sugestão desenvolvida em trabalho sobre percepções femininas da violência (Coelho, 2009).

A vivência emocional destas experiências tem ainda outras dimensões. Um outro sentimento que perpassa os depoimentos é a *calma*, que forma uma tríade com a *raiva* e o *medo*, conforme analisei em outros lugares (Coelho, 2006, 2009). Entendida como controle da raiva, atua na elaboração do masculino; entendida como controle do medo, é atributo do feminino. Calma, medo e raiva articulam-se assim entre si nestas experiências de vitimização, constituindo uma vivência subjetiva cujo relato atua na construção de identidades de gênero. A ênfase na *calma*, tão presente em tantos depoimentos, pode ser também compreendida como um recurso para a restauração simbólica de uma ordem perturbada pela irrupção da violência, sendo assim não necessariamente um sentimento presente na experiência de vitimização em si, mas uma estratégia discursiva de apaziguamento do sujeito, conforme sugerimos em outro lugar (Coelho e Santos, 2007).

Cada um destes complexos emocionais tem seu próprio trabalho a executar, seja a elaboração de identidades de gênero, a restauração de uma ordem simbólica ou o restabelecimento de uma hierarquia ameaçada pela violência. Outras relações poderiam ser estabelecidas, como aquela entre raiva, culpa e vergonha, esboçada também em alguns relatos, em que a constatação da própria raiva gera no entrevistado sentimentos de culpa e/ou vergonha. Qualquer que seja o foco eleito para análise, contudo, todos eles nos fornecem subsídios para o aprofundamento do problema teórico fundamental do projeto de que este artigo é resultado: os limites e possibilidades de construção das emoções como objeto da análise socioantropológica, aqui explorados em seu potencial para servir

de via de acesso para o estudo de temas nobres e canônicos da agenda das ciências sociais, tais como a violência urbana.

Referências Bibliográficas

CALDEIRA, Teresa. (2000). *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP.

CLARK, Candace. (1997). *Misery and Company – sympathy in everyday life*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

COELHO, Maria Claudia. (2009a). “Lágrimas com Farinha: percepções femininas da violência em Belém do Pará”. In: J. T. Sento-Sé (org.). *Segurança Pública – outros olhares, novas possibilidades*. Brasília: SPM, pp. 119-135.

_____. (2009b). “Gênero e Vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, Buenos Aires, Argentina.

_____. (2006). “Emoção, Gênero e Violência: experiências e relatos de vitimização”. In: *RBSE*, vol. 5, no. 13, PP. 36-53.

COELHO, Maria Claudia e SANTOS, Raphael Bispo dos. (2007). “Emoção e Experiências de Vitimização: notas sobre a micropolítica das emoções”. In: Anais da VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

DOUGLAS, Mary. (1976). *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva.

FRENCH, Lindsay. (1994). “The Political Economy of Injury and Compassion: amputees on the Thai-Cambodia border”. In: T. Csordas (org.). *Embodiment and Experience*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69-99.

KATZ, Jack. (1988). *Seductions of Crime*. NY: Basic Books.

LUTZ, Catherine. (1990). “Engendered Emotion: gender, power, and the rethoric of emotional control in American Discourse”. In: C. Lutz e L. Abu-Lughod (orgs.). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press.

LUTZ, Catherine. (1988). *Unnatural Emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to Western theory*. Chicago: University of Chicago Press.

LUTZ, Catherine e ABU-LUGHOD, Lila (orgs.) (1990). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press.

MAUSS, Marcel. (1974). “Ensaio sobre a Dádiva”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU.

MILLER, William Ian. (1997). *The Anatomy of Disgust*. Cambridge: Harvard University Press.

ROSALDO, Michelle. (1984). "Toward an Anthropology of Self and Feeling". In: R. Shweder e R. LeVine (orgs.). *Culture Theory – essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press.

SOARES, Luiz Eduardo e CARNEIRO, Leandro Piquet. (1996). "Os Quatro Nomes da Violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política". In: L. E. Soares *et alii*. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER.